



Institutional Work na agricultura orgânica na Austrália

Institutional Work in organic agriculture in Australia

Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo ¹, Simone Bernardes Voese ², Caroline Maria da Silva ¹, Robert Armando Espejo ¹

RESUMO

Este estudo busca compreender sob a ótica de pesquisadores brasileiros, como os atores institucionais percebem as práticas de *Institutional Work (IW)* voltadas ao amparo da agricultura orgânica australiana. A lacuna investigada refere-se à ausência de estudos que mapeiem, de forma integrada, as três dimensões do IW, política, cultural e técnica, nesse contexto, sob uma perspectiva de campo. Foi realizada pesquisa qualitativa e descritiva, com entrevistas semiestruturadas com sete atores selecionados por amostragem bola de neve em *Farmers Markets* de Sydney e Canberra, observação de campo em seis visitas e análise documental. A análise de conteúdo seguiu as categorias *a priori* de Lawrence e Suddaby (2006). Os resultados indicam que o IW pode ser visualizado nas três dimensões, mas com assimetrias na incidência de evidências. Conclui-se que a dimensão do trabalho político possui a maior ocorrência de evidências, seguido pelo trabalho cultural e pelo trabalho técnico. Observou-se que a variável aquisição (trabalho político) possui a maior incidência de evidências. Por outro lado, os resultados mostraram a ausência de evidências de mudanças de associação normativa (trabalho cultural) e teorização (trabalho técnico). O estudo contribui por demonstrar a aplicabilidade do quadro analítico do *Institutional Work* no contexto australiano.

Palavras-chave: Trabalho Institucional; Austrália; Políticas Públicas; Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This study seeks to understand, from the perspective of Brazilian researchers, how institutional bodies perceive Institutional Work (IW) practices external to the support of Australian organic agriculture. The gap investigated refers to the absence of studies that map, in an integrated way, the three dimensions of IW—political, cultural, and technical—in this context, from a field perspective. Qualitative and descriptive research was conducted, with semi-structured interviews with seven actors selected by snowball sampling in Farmers Markets in Sydney and Canberra, field observation during six visits, and document analysis. Content analysis followed the *a priori* categories of Lawrence and Suddaby (2006). The results indicate that Institutional Work (IW) can be visualized and evidenced in three dimensions, but with asymmetries in the incidence of evidence. It is concluded that the political work dimension has the highest occurrence of evidence, followed by cultural work and technical work. Note that variable acquisition (political work) has the highest incidence of evidence. On the other hand, the results demonstrated the non-absence of evidence of changes in normative association (cultural work) and theorization (technical work). The study contributes to demonstrating the applicability of the Institutional Work analytical framework in the Australian context.

Keywords: Institutional Work; Australia; Public Policy; Sustainable Development.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;

² Universidade Federal do Paraná;

Autor correspondente Caroline Maria da Silva: caroline.maria.silva@outlook.com

Recebido em: 27/11/2025. Aceito em: 09/07/2026.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura orgânica representa um dos setores em crescente expansão no cenário agrícola mundial (Seufert; Ramankutty; Mayerhofer, 2017). Embora os sistemas de produção orgânica possam apresentar desempenhos mais baixos em comparação aos convencionais, destacam-se por agregar valor aos produtos e reduzir impactos ambientais (Reganold; Wachter, 2016). Além de fornecerem alimentos com valor nutritivo igual ou superior ao dos convencionais e com menos (ou nenhum) resíduo de pesticidas (Reganold; Wachter, 2016), também geram benefícios sociais ao apoiar as economias e o desenvolvimento local (Panday *et al.*, 2024), contribuindo para melhorias na qualidade de vida dos agricultores e trabalhadores envolvidos nesse tipo de produção (Gamage *et al.*, 2023).

Deste modo, a agricultura orgânica representa uma alternativa estratégica para o desenvolvimento sustentável ao proporcionar benefícios ambientais (Gamage *et al.*, 2023), nutricionais (Reganold; Wachter, 2016) e sociais (Panday *et al.*, 2024), alinhando-se aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e aos conceitos de sustentabilidade da agricultura global (Gamage *et al.*, 2023).

Apesar de ocupar apenas 2% da área agrícola global, a maioria dos países desenvolvidos apresenta consumo regular de alimentos orgânicos, evidenciado pelos elevados gastos per capita e pela expressiva participação desse mercado no setor alimentício (Willer; Schlatter; Trávníček, 2024). Nesse contexto, a Austrália destaca-se na produção orgânica mundial, liderando em hectares certificados (Paull; Hennig, 2016; Mannaf; Wheeler; Zuo, 2023). O país mantém essa posição desde a divulgação das primeiras estatísticas globais, em 2000 (Paull, 2019). Foi o primeiro e único país a concentrar mais da metade da área mundial de agricultura orgânica certificada, com 35.645.038 hectares de um total de 69.845.243 hectares, equivalentes a 54% do total (Paull; Hennig, 2018; Paull; Hennig, 2019).

O crescimento da produção orgânica australiana tem superado a média global. Nos últimos vinte anos, enquanto a produção mundial cresceu 12% ao ano, a australiana avançou 16% (Paull, 2019). Nos cinco anos seguintes, essa taxa atingiu 22% ao ano (Paull; Hennig, 2019). Historicamente, observa-se crescimento constante entre 2000 e 2003, seguido por uma década de estagnação (2003–2014) e por um *boom* entre 2014 e 2019, consolidando a agricultura orgânica como um caso de sucesso no país (Paull, 2019; Paull; Hennig, 2019).

Diversos fatores contribuíram para esse *boom*. Estudos indicam que a adoção da agricultura orgânica é influenciada por fatores de área, ambientais e socioeconômicos (Paull; Hennig, 2018; Mannaf; Wheeler; Zuo, 2023). O crescimento recente também é atribuído à conversão de grandes propriedades de pecuária de corte para o sistema orgânico certificado, impulsionada pela demanda de exportação (Paull, 2019). Além dos benefícios para os diferentes atores envolvidos, o produtor obtém preços mais elevados, o consumidor recebe um produto de alta qualidade e o meio ambiente, os trabalhadores e os animais são poupados da exposição a produtos químicos (Paull, 2019).

No entanto, esse crescimento ocorreu com escasso apoio governamental e institucional (Paull, 2019; Mannaf; Wheeler; Zuo, 2023). Além disso, o setor enfrenta desafios como exclusão social por parte de agricultores convencionais, custos mais elevados de produção e comercialização e barreiras de aprendizagem para a conversão aos sistemas orgânicos (Mannaf; Wheeler; Zuo, 2023).

Assim, a experiência australiana demonstra que, apesar do apoio político incipiente e dos desafios enfrentados (Paull, 2019; Mannaf; Wheeler; Zuo, 2023), a combinação de fatores favoráveis (Paull; Hennig, 2018; Paull, 2019; Mannaf; Wheeler; Zuo, 2023), especialmente culturais, impulsiona o desenvolvimento da agricultura orgânica. Entre eles destacam-se as preferências dos consumidores por alimentos mais nutritivos, sem pesticidas e pelos quais estão dispostos a pagar preços diferenciados (Paull, 2019).

Ao considerar instituições como fenômenos sociais organizados em estruturas cognitivas, normativas e reguladoras que conferem estabilidade e sentido ao comportamento social (Scott, 2001), pode-se conceber a agricultura orgânica na Austrália como uma instituição. Sob a perspectiva da nova sociologia institucional, organizações que se tornam isomórficas aos seus ambientes institucionais adotam práticas e estruturas socialmente legitimadas (Meyer; Rowan, 1977). Assim, estruturas e práticas são adotadas não apenas por eficiência, mas também para obtenção de legitimidade.

Nesse contexto, introduz-se o *Institutional Work* (IW), partindo do entendimento de que a agência resulta de esforços coordenados e não coordenados de atores institucionais (Lawrence; Suddaby; Leca, 2011). O IW representa o conjunto de esforços voltados à criação, manutenção ou transformação de instituições nas dimensões cultural, técnica e política. Apesar da relevância da agricultura orgânica australiana, ainda são escassos os estudos que examinam o macroambiente institucional que fomentou seu desenvolvimento. Compreender como o IW é percebido nesse contexto contribui tanto para a teoria quanto para a prática junto aos diferentes *stakeholders*.

Os estudos existentes concentram-se predominantemente nos fatores que explicam a difusão da agricultura orgânica, como características de área, condições ambientais e perfil socioeconômico dos produtores (Paull; Hennig, 2018; Mannaf; Wheeler; Zuo, 2023), deixando em aberto a compreensão sobre a atuação dos atores institucionais e suas práticas intencionais de legitimação. O gap explorado nesta pesquisa refere-se justamente a essa dimensão ativa, que distingue o *Institutional Work* de abordagens estruturalistas clássicas (Lawrence; Suddaby; Leca, 2011). Além disso, não há estudos que mapeiem empiricamente, de forma integrada, as três dimensões do IW, trabalho político, cultural e técnico, no setor orgânico australiano, nem análises conduzidas sob a lente comparativa de pesquisadores externos ao contexto investigado, como a perspectiva de pesquisadores brasileiros.

Diante desse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão: de que forma o trabalho institucional pode ser percebido na sustentação da agricultura orgânica na Austrália? Para tanto, objetiva-se compreender, sob a ótica de pesquisadores brasileiros, como os atores envolvidos percebem as práticas de trabalho institucional voltadas ao amparo da agricultura orgânica australiana.

A contribuição do artigo possui duas vertentes. A teórica consiste em aplicar o quadro analítico do IW a um contexto nacional ainda não examinado por essa lente, revelando assimetrias entre as dimensões política, técnica e cultural na Austrália e no contexto brasileiro. A contribuição prática reside em oferecer subsídios para agendas de políticas públicas e estratégias de fortalecimento do setor orgânico em outros países, especialmente aqueles que, como o Brasil, dispõem de marcos regulatórios mais estruturados e buscam referenciais internacionais para seu aprimoramento.

2 TRABALHO INSTITUCIONAL (*INSTITUTIONAL WORK*)

Uma instituição é compreendida como o produto da ação e da interação humanas, impulsionada por interesses individuais e coletivos. Nessa perspectiva, a teoria do Institutional Work (IW) reorienta os estudos tradicionais para a compreensão de como a ação dos atores afeta as instituições, podendo criá-las, mantê-las ou transformá-las (Leca; Lawrence; Suddaby, 2009).

Para caracterizar o IW, dois aspectos são fundamentais: esforço e intencionalidade. O esforço refere-se ao empenho físico ou mental despendido para produzir efeitos em instituições. Já a intencionalidade exige que a ação seja consciente, estratégica e orientada para o futuro; ações sem essa intenção deliberada não se enquadram na teoria (Lawrence; Suddaby; Leca, 2011; Leca; Lawrence; Suddaby, 2009).

Outro conceito central é o de agência, entendida não como resultado da posição ocupada pelo ator, mas como uma atividade contínua de reflexão e ação estratégica. Os atores não são vistos nem como meros reprodutores das instituições nem como agentes capazes de transformá-las isoladamente, reconhecendo-se que a agência resulta, frequentemente, de esforços coordenados e descoordenados de múltiplos atores (Lawrence; Suddaby; Leca, 2011). Além disso, a teoria adota a perspectiva estruturacionista de que ação e instituição mantêm uma relação recursiva: toda ação está inserida em estruturas institucionais que simultaneamente produz, reproduz e transforma (Lawrence; Suddaby; Leca, 2011; Leca; Lawrence; Suddaby, 2009). Assim, o foco analítico do IW recai sobre os impactos da ação deliberada dos atores nas instituições.

A teoria também propõe uma mudança de foco na pesquisa: da estrutura para a prática, do resultado para o processo e dos atores isolados para as interações. Dessa forma, busca compreender como e por que as mudanças institucionais ocorrem, considerando trabalhos institucionais complementares ou contraditórios realizados por diferentes atores e em múltiplos níveis de atuação (Lawrence; Suddaby; Leca, 2011).

Leca, Lawrence e Suddaby (2009) propõem três categorias gerais de trabalho institucional: criar, manter e transformar instituições. Para detalhar essas ações, Lawrence e Suddaby (2006) classificam o trabalho institucional em três tipos principais: político, cultural e técnico. O trabalho político relaciona-se à criação ou modificação de regras e direitos por meio de três práticas: advocacia, definição e aquisição. A advocacia envolve esforços para obter apoio político e regulatório; a definição refere-se à criação de padrões, certificações e mecanismos de acreditação; e a aquisição está associada à

redistribuição de direitos de propriedade e à alteração de regras de mercado (Lawrence; Suddaby, 2006; Binz et al., 2016). A variável aquisição corresponde, no original em língua inglesa, ao termo *vesting*, definido pelos autores como a criação de estruturas de regras que conferem direitos de propriedade, mobilizada quando a autoridade governamental é utilizada para realocar tais direitos entre atores de um campo organizacional (Lawrence; Suddaby, 2006). É essa definição precisa que orienta a identificação e a interpretação das evidências empíricas de aquisição apresentadas na seção de resultados.

O trabalho cultural engloba a construção de identidade, a mudança de associações normativas e a formação de redes normativas. Essas práticas contribuem para o desenvolvimento de novas identidades, a ressignificação de normas e a criação de protoinstituições e redes de apoio capazes de legitimar práticas emergentes (Lawrence; Hardy; Phillips, 2002; Lawrence; Suddaby, 2006; Binz et al., 2016; Jespersen; Gallemore, 2018).

Por sua vez, o trabalho técnico compreende as práticas de mimetismo, teorização e educação. O mimetismo facilita a adaptação por meio da aproximação entre modelos antigos e novos; a teorização constrói explicações causais e linguagens compartilhadas; e a educação desenvolve conhecimentos e habilidades necessários à sustentação das instituições (Lawrence; Suddaby, 2006; Binz et al., 2016).

Apesar dos avanços teóricos, o IW é um processo complexo e de resultados frequentemente imprevisíveis. As ações podem falhar, gerar consequências não intencionais ou produzir resultados distintos dos esperados. Persistem, ainda, lacunas relacionadas à influência das posições sociais dos atores sobre seus esforços institucionais (Zarpelon et al., 2019) e à necessidade de aproximar a teoria de desafios contemporâneos, como as questões ambientais, ampliando seu impacto social (Hampel; Lawrence; Tracey, 2017).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa é de natureza descritiva quanto aos objetivos (Sampieri; Collado; Lucio, 2013) e qualitativa quanto à abordagem do problema, configurando-se como um estudo de caso sobre a agricultura orgânica na Austrália. A pesquisa bibliográfica foi utilizada para sustentar a base teórica e relacional do estudo.

Após diversas tentativas sem sucesso de acesso ao *Department of Agriculture, Fisheries and Forestry* (DAFF) por meio de entrevistas, obteve-se o contato de uma representante de um órgão internacional ligado à agricultura, sediado em *Canberra*, que aceitou participar da pesquisa. Essa entrevista forneceu informações iniciais sobre o campo de estudo e contribuiu para validar a análise documental realizada junto aos registros disponíveis no site do DAFF, além de subsidiar a elaboração das entrevistas posteriores.

A coleta de dados ocorreu entre janeiro e março de 2024, presencialmente na Austrália e por meio da plataforma *Google Meet*. Para a triangulação dos dados, foram realizadas entrevistas com sete atores institucionais, seis visitas técnicas a *Farmers Markets* em *Sydney* e *Canberra* e análise documental de informações disponibilizadas pelo

DAFF. A pesquisa de campo iniciou-se em *Sydney*, por meio de conversas informais com moradores e consulta a informações disponíveis sobre o mercado orgânico australiano. A feira identificada como uma das mais representativas foi a *Marrickville Market*, onde foram realizadas duas visitas: uma para ambientação e contatos iniciais com produtores orgânicos (03/03/2024) e outra para realização das entrevistas (10/03/2024). Em *Canberra*, o *Capital Region Farmers Market* foi selecionado por sua relevância no contexto local. Nesse local, foram realizadas quatro visitas: uma para ambientação e obtenção de autorização para a pesquisa (02/03/2024), duas para realização das entrevistas (09/03/2024 e 16/03/2024) e uma para entrevista com a gerente-geral do mercado (23/03/2024).

Os participantes foram selecionados por amostragem bola de neve. Em *Sydney*, produtores inicialmente contatados indicaram novos participantes; em *Canberra*, a gerente-geral do *Capital Region Farmers Market* auxiliou na identificação de produtores orgânicos dispostos a participar da pesquisa. Considerando o caráter qualitativo do estudo e o potencial informacional dos participantes, a amostra mostrou-se suficiente para representar os construtos teóricos analisados, atingindo saturação amostral (Malterud; Siersma; Guassora, 2016).

Foram entrevistados sete atores com diferentes formas de envolvimento na agricultura orgânica australiana. O Quadro 1 apresenta a caracterização dos participantes e a duração de cada entrevista.

Quadro 1. Atores institucionais e o tempo de duração de cada entrevista

Ator	Descrição do ator	Duração da entrevista
Ator 1	Comercializa produtos de outros produtores – alimentos sem produtos químicos (<i>Chemical free</i>)	14m 11s
Ator 2	Representante de órgão internacional ligado à Agricultura	2h18m14s
Ator 3	Produtor rural de grande porte	20m01s
Ator 4	Produtor rural de pequeno porte	08m48s
Ator 5	Produtor rural pequeno porte	05m30s
Ator 6	Indústria e Produtor rural de médio porte	23m02s
Ator 7	Gerente de <i>Farmers Market</i>	30m32s

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Todas as entrevistas foram gravadas mediante autorização dos participantes, transcritas com auxílio dos aplicativos *Converter App* e *Transcriber Bot* e posteriormente traduzidas, realizando-se as adaptações textuais necessárias. A triangulação ocorreu por meio da articulação entre entrevistas, observação direta e análise documental. As entrevistas forneceram a percepção dos atores sobre as práticas institucionais; as visitas aos *Farmers Markets* permitiram observar a organização dos espaços, a exposição de certificações e a interação entre produtores e consumidores; e os documentos do DAFF possibilitaram confrontar os relatos obtidos em campo com as políticas e regulamentações vigentes. Convergências entre as fontes foram utilizadas para validar as inferências, enquanto divergências foram interpretadas como possíveis tensões ou lacunas institucionais.

Para a condução das entrevistas, adotaram-se os constructos e variáveis do IW apresentados na seção teórica. A análise dos dados seguiu os procedimentos da análise de conteúdo (Bardin, 2015). A unidade de registro adotada foi o tema, definido como trechos de entrevistas ou documentos que expressassem práticas intencionais de criação, manutenção ou transformação institucional. Cada unidade foi associada a uma das nove variáveis do IW propostas por Lawrence e Suddaby (2006). O tratamento dos dados consistiu na inferência e interpretação das evidências, confrontando entrevistas, observações de campo e documentos institucionais com a literatura teórica. A validade das inferências foi assegurada pela triangulação das fontes.

Todas as entrevistas foram precedidas da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS), conforme parecer nº 7.001.878 (CAAE: 77293524.4.0000.0021).

Em conformidade com os princípios éticos da pesquisa, foram utilizadas ferramentas assistidas por inteligência artificial apenas como suporte operacional. A plataforma *Consensus* auxiliou na identificação de estudos científicos atualizados; *Gemini 2.5 Pro* e *Claude.ai* foram empregados para revisão gramatical e ortográfica; e *Google Translate* e *DeepL* auxiliaram na compreensão das traduções das entrevistas. Em todos os casos, a análise, a interpretação e as inferências teóricas foram realizadas integralmente pelos pesquisadores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho institucional para alicerçar a agricultura orgânica na Austrália foi caracterizado a partir do pilar teórico de Lawrence e Suddaby (2006; 2011), especificamente no tocante ao trabalho político, cultural e técnico.

Ao analisar os pilares do *Institutional Work* no que tange ao trabalho político, percebe-se a existência da ação dos atores para criar e/ou modificar regras e direitos da agricultura orgânica. A observação de práticas que relacionem a promoção de agendas institucionais e proposição ou contestação de legislações existentes (Lawrence e Suddaby, 2006), relacionados a variável de advocacia no trabalho político do IW, pode-se caracterizar por meio de consultas públicas, pesquisas e análises realizadas pelo Departamento de Agricultura, Pesca e Florestas (*Department of Agriculture, Fisheries and Forestry* - DAFF), entre dezembro de 2020 e março de 2022, para testar opções regulatórias e não regulatórias. Contudo, em março de 2023, o governo decidiu não avançar com um Marco Regulatório Orgânico Nacional (DAFF, 2025), visando a criação de regras e normas para agricultura orgânica no país.

Quando se trata de produtos exportados, há um Padrão Nacional para Produtos Orgânicos e Biodinâmicos, que consiste em um padrão técnico de exportação administrado pelo DAFF e utilizado como base para acordos de equivalência com parceiros comerciais (DAFF, 2025b). Isso demonstra que o trabalho político foi desenvolvido apenas para produtos que são exportados, pois ocorreu a criação de regras, normas e incentivos para tais produtos. Ademais, existe incentivo governamental à

exportação (Paull, 2019), especialmente de carnes bovina, de camelo e de canguru, conforme ressaltado pelo ator 2. Tal incentivo demonstra o direcionamento das ações governamentais para segmentos específicos, uma vez que não foram identificados incentivos semelhantes para outros produtos agrícolas.

Apesar desse incentivo e da existência de um padrão nacional para exportação, não há regulamentação específica para a agricultura orgânica destinada ao mercado interno (ator 7), nem exigência de certificação para sua comercialização. Nesse contexto, a pressão do setor industrial para a criação de uma regulamentação nacional de certificação orgânica constitui um exemplo da prática de advocacia, ainda como variável do trabalho político do IW, por meio da realização de *lobby* e promoção de agenda institucional, conforme destacam Lawrence e Suddaby (2006). A ausência dessa estrutura é percebida como um fator que compromete a credibilidade da indústria e amplia as dificuldades enfrentadas pelos exportadores (Willer; Schlatter; Trávníček, 2024). Dessa forma, produtores podem autodeclarar-se praticantes da agricultura orgânica sem necessidade de inspeções, auditorias ou certificação formal (atores 2 e 6).

No que tange a variável de definição, dentro do trabalho político, percebe-se que organizações assumem a competência de exigência da acreditação formal, da criação de padrões e à certificação de atores (Lawrence; Suddaby, 2006), algo que o Estado exige apenas para produtos exportados. Assim, os *Farmers Markets* exigem certificação para a comercialização de alimentos na categoria orgânica. Quando os produtores não possuem certificação devido ao seu elevado custo, especialmente para pequenos produtores (atores 1 e 5), podem utilizar a expressão *Chemical Free*, ou livre de químicos (tradução livre). Nesses casos, os produtores informam não utilizar insumos químicos, embora não possuam certificação orgânica.

Contudo, o uso da terminologia *Chemical Free* é apenas orientativo, não havendo obrigatoriedade de comprovação ou exposição dos testes realizados. Assim, a avaliação da importância da certificação ou da comprovação da condição *Chemical Free* fica a critério do consumidor. Esses dois mecanismos ilustram a variável definição, pois envolvem a construção de sistemas de regras — a exigência formal de certificação, de um lado, e a autodeclaração informal *Chemical Free*, de outro — que conferem status e credibilidade diferenciados aos produtores perante o mercado, delimitando fronteiras de pertencimento à categoria orgânica mesmo na ausência de uma certificação obrigatória, tal como descrito por Lawrence e Suddaby (2006).

Para a variável aquisição ainda relacionado com trabalho político, encontram-se aspectos relacionados à redistribuição de direitos de propriedade, à alteração das regras que regem as relações de mercado e ao compartilhamento de autoridade coercitiva ou regulatória (Lawrence; Suddaby, 2006). As relações de mercado e regulatório podem ser observadas quando o Governo Australiano estabelece salário mínimo para os trabalhadores rurais, considerado elevado pelos produtores entrevistados. Como consequência, observa-se menor contratação de mão de obra externa e maior participação da mão de obra familiar. Os atores 3, 4 e 5 relataram que marido, esposa e filhos atuam conjuntamente na propriedade devido ao custo e à escassez de trabalhadores rurais. Para facilitar essas relações de mercado, atendendo os requisitos da variável aquisição no trabalho político da Institucional Work, existe o programa WWOOF

(*Worldwide Opportunities on Organic Farms*), fundado em 1983, que conecta voluntários, frequentemente turistas internacionais, a produtores orgânicos em troca de acomodação, alimentação e aprendizado sobre agricultura orgânica e estilos de vida sustentáveis (Pollard, 2022).

Além disso, existem categorias específicas de vistos que permitem a atuação de estrangeiros no setor agrícola, aspecto destacado pelo ator 2, também configurando uma prática do trabalho político na variável aquisição por se relacionar a ações que regem as relações de mercado. Segundo o Departamento de Assuntos Internos, Imigração e Cidadania do Governo Australiano, os vistos *Working Holiday (subclass 417)*, *Work and Holiday (subclass 462)* e *Student Visa (subclass 500)*, entre outros, autorizam os imigrantes a trabalharem na agricultura (*Department of Home Affairs: Immigration and Citizenship, Australian Government*, 2025). Essas ações podem ser enquadradas como alteração das regras que regem as relações de mercado e ao compartilhamento de autoridade coercitiva ou regulatória, reforçando o trabalho político do IW (Lawrence; Suddaby, 2006)

Embora tenha sido identificada a concessão de uma linha de crédito para a agricultura, como relatado pelo ator 3, “recebemos algum auxílio no passado para materiais de cerca (cercar riachos, árvores e áreas específicas), sem inclusão de mão de obra”, esse incentivo caracteriza-se como uma ação pontual e não como uma política pública institucionalizada.

Também relacionando a variável aquisição no que tange as relações de mercado (Lawrence; Suddaby, 2006), pode ser destacado o mercado de água australiano. Por se tratar de um país com extensas áreas áridas, a disponibilidade hídrica é um fator determinante para a atividade agrícola. A agricultura responde por 74% do consumo de água do país (DAFF, 2025), aspecto enfatizado pelos atores 2, 6 e 7. Diante dessa relevância estratégica da água, o Governo Australiano instituiu um sistema formal de títulos hídricos que transformou o acesso a esse recurso, antes regido por normas consuetudinárias e por direitos ribeirinhos, em um direito de propriedade transacionável. Essa reconfiguração exemplifica diretamente a variável aquisição do trabalho político, definida por Lawrence e Suddaby (2006) como a criação de estruturas de regras que conferem direitos de propriedade, uma vez que envolve o uso da autoridade governamental para redistribuir, entre os produtores, o direito de uso de um insumo produtivo essencial. Nesse contexto, existe um mercado de títulos que define a quantidade de água que poderá ser utilizada na produção agrícola. A existência desse mercado de títulos hídricos ilustra, portanto, porque a variável aquisição vai além da simples descrição de um sistema de gestão de recursos: ao possibilitar a compra, a venda e a transferência de *entitlements* de água entre proprietários rurais, o Estado altera as regras que regem as relações de mercado agrícola e redistribui direitos de propriedade sobre um bem antes tratado como de acesso comum, confirmando empiricamente, no contexto australiano, a definição de aquisição (*vesting*) proposta pelos autores.

A variável aquisição ainda se sustenta com práticas relacionadas a redistribuição de direitos de propriedade (Lawrence; Suddaby, 2006). No que se refere ao direito de propriedade, outra dimensão relacionada ao trabalho político, o Governo Australiano estabelece requisitos para a aquisição de propriedades rurais. Segundo o ator 6, parte significativa da produção deve ser destinada ao mercado interno, não podendo a

propriedade ser voltada exclusivamente à exportação. O ator 1 destacou que, por ser estrangeiro e oriundo do Japão, enfrenta maiores dificuldades para adquirir terras, necessitando de autorização do *Foreign Investment Review Board* (FIRB) e do cumprimento de exigências adicionais. Em razão dessas restrições, até o momento da entrevista não havia conseguido adquirir sua propriedade, atuando na compra e revenda de produtos em mercados e feiras, incluindo *Farmers Markets*. Essas exigências evidenciam a prática de aquisição, pois o Estado utiliza sua autoridade regulatória para redistribuir o direito de propriedade sobre a terra, criando condições diferenciadas de acesso entre atores nacionais e estrangeiros. Isso corresponde diretamente à definição de *vesting* como uso da autoridade governamental para realocar direitos de propriedade (Lawrence; Suddaby, 2006), confirmando que a restrição imposta a estrangeiros constitui, ela própria, um mecanismo institucional de redistribuição de recursos e não apenas uma norma administrativa.

Em análise geral, percebe-se que o trabalho político é evidenciado. Embora a variável advocacia esteja consolidada para produtos destinados à exportação, em atendimento a pressões externas internacionais, ela não se traduz na construção de regras e normas para a agricultura orgânica no mercado interno. O Governo australiano não desenvolveu uma estrutura regulatória voltada ao apoio e à expansão desse mercado (Halpin; Daugbjerg, 2008; Willer; Schlatter; Trávníček, 2024). Assim, apesar da existência de pressões internas e *lobbies* para o estabelecimento de padrões e normas, tais esforços ainda não resultaram em mudanças institucionais efetivas.

Essa situação reflete-se também na variável definição. A inexistência de exigências de certificação para o mercado interno levou à adoção de práticas como a autodeclaração e o uso de terminologias como *Chemical Free*. Dessa forma, os atores encontraram alternativas para evitar os custos da certificação orgânica sem deixar de sinalizar credibilidade aos consumidores e reforçar práticas associadas à produção livre de insumos químicos e pesticidas.

Ao relacionar com a variável aquisição do trabalho político, existe o estabelecimento de salário mínimo para a agricultura na Austrália. Apesar de representar uma iniciativa institucional relevante, essa política gera dificuldades para a contratação de mão de obra devido aos custos elevados e à escassez de trabalhadores, concentrando os esforços na mão de obra familiar. Para minimizar esse gargalo, o Governo Australiano concede vistos a estrangeiros interessados em trabalhar no setor agrícola, configurando uma prática institucional vinculada ao trabalho político.

Por fim, observam-se práticas relacionadas ao direito e ao uso da água e à aquisição de propriedades rurais. O mercado de títulos de água estabelece a quantidade que pode ser utilizada pelas propriedades, enquanto regras governamentais disciplinam a aquisição de terras, inclusive impondo restrições a estrangeiros e exigindo a comercialização de parte da produção no mercado interno. Esses elementos demonstram que o trabalho político influencia diretamente a instituição agricultura orgânica e seu processo de consolidação.

No que tange ao trabalho cultural do *Institutional Work*, foram avaliadas as variáveis construção de identidade, formação de redes associativas e mudanças de associações normativas, que contribuem para a criação e manutenção da instituição

agricultura orgânica (Lawrence; Suddaby, 2006). Especificamente, a construção de identidades refere-se à definição da relação entre o ator e o campo em que atua; a mudança de associações normativas envolve a reconfiguração dos vínculos entre práticas e seus fundamentos morais e culturais; e a formação de redes normativas corresponde à construção de conexões interorganizacionais que tornam determinadas práticas normativamente sancionadas por um grupo de pares (Lawrence; Suddaby, 2006). É a partir dessas definições que as evidências a seguir são interpretadas.

No caso analisado, a construção da identidade é percebida por meio do reconhecimento e da valorização da agricultura e do produtor rural na Austrália. No contexto da produção orgânica, os agricultores não apenas praticam a sustentabilidade, mas a incorporam como parte central de sua identidade e propósito (Vitari; Whittingham, 2018). Os atores 2 e 6 ressaltaram o elevado respeito social atribuído ao produtor rural, influenciado pela história da colonização e pela necessidade de autossuficiência do país. Além disso, o ator 7 destacou a conscientização dos consumidores quanto à importância dos alimentos orgânicos ou produzidos sem produtos químicos, reforçando a manutenção da instituição agricultura orgânica. Esses relatos caracterizam a prática de construção de identidades porque evidenciam como a relação entre o produtor rural e o campo da agricultura orgânica é ativamente definida e ressignificada por meio do reconhecimento social, associando ao agricultor um papel de guardião da sustentabilidade e da autossuficiência nacional. Confirma-se, assim, no contexto australiano, a dimensão do trabalho cultural voltada à definição da relação entre o ator e o campo em que atua, tal como proposta por Lawrence e Suddaby (2006).

Ainda para construção da identidade do trabalho cultural, os *Farmers Markets* consolidam-se como espaços de interação entre produtores e consumidores, fortalecendo a valorização da agricultura local. Conforme ressaltado pelo ator 7, esses mercados favorecem a comercialização direta, oferecem preços mais atrativos e reduzem a presença de intermediários, permitindo que os consumidores reconheçam sua contribuição para a agricultura regional.

Quanto à formação de redes associativas, no trabalho cultural do *Institutional Work*, observa-se que a Austrália não possui uma tradição cooperativista semelhante à brasileira, embora algumas iniciativas estejam em desenvolvimento. O ator 1 destacou a existência de arranjos colaborativos voltados à logística, envolvendo produtores locais que compartilham esforços para o transporte de produtos até os mercados. Segundo o entrevistado, havia 40 produtores ativos e 90 cadastrados nesse sistema, embora o compartilhamento de equipamentos ainda não ocorra. Ainda que incipiente, esse arranjo caracteriza uma prática de formação de redes normativas, pois envolve a construção de conexões interorganizacionais entre produtores que passam a compartilhar responsabilidades logísticas, aproximando-se do grupo de pares relevante para a coordenação de práticas comuns descrito por Lawrence e Suddaby (2006). Trata-se, contudo, de uma rede ainda restrita a aspectos operacionais, sem alcançar o caráter normativo mais amplo de sancionar ou legitimar práticas no campo.

O ator 2 também ressaltou a existência de associações organizadas por categorias de produtos, como grãos, carnes, laticínios e hortaliças, voltadas principalmente ao fortalecimento da produção e da exportação. Além disso, iniciativas como a *National*

Association for Sustainable Agriculture Australia (NASAA) contribuem para a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e podem favorecer o desenvolvimento do mercado interno (Nasaa Organic, 2025). Diferentemente do arranjo logístico anterior, essas associações setoriais confirmam de forma mais robusta a variável formação de redes normativas, pois consolidam conexões interorganizacionais capazes de sancionar normativamente as práticas do setor e de constituir o grupo de pares perante o qual os produtores orgânicos respondem, em conformidade com a definição de Lawrence e Suddaby (2006).

Os *Farmers Markets* também desempenham papel relevante na formação de redes associativas, ao oferecerem um canal estável de comercialização e aproximarem diferentes atores. Em *Canberra*, por exemplo, o *Farmers Market* é gerenciado pelo *Rotary Club Hall*, evidenciando a articulação entre organizações da comunidade. Além da comercialização, esses espaços promovem atividades de lazer e interação social, fortalecendo comunidades e economias locais (Azavedo; Walsh, 2018). Dessa forma, geram benefícios para produtores, consumidores e demais atores envolvidos (Nelan; Jansson; Szabo, 2017).

Por sua vez, a variável mudanças de associações normativas, relacionada à substituição ou modificação de normas amplamente aceitas (Lawrence; Suddaby, 2006), não apresentou evidências suficientes no contexto analisado. Como as redes associativas voltadas ao mercado interno ainda são incipientes, não foi possível identificar elementos que demonstrassem o estágio institucional desse pilar. Além disso, os atores vinculados às associações voltadas à exportação não fizeram parte da amostra investigada.

Em análise geral do trabalho cultural, percebe-se que ele ainda é incipiente como prática para o *Institutional Work*. A construção de identidade representa a variável com maior evidência, justificada pelo reconhecimento cultural do produtor rural e da agricultura no país, pelos *Farmers Markets* e pela interação entre produtores e consumidores por meio de canais diversificados de comercialização. Esses elementos fortalecem a relação entre atores, produtores rurais, população e instituição.

Contudo, a formação de redes associativas ainda é limitada para produtores voltados ao mercado interno, restringindo-se principalmente a iniciativas logísticas que não se consolidaram como prática institucionalizada. Em contrapartida, as associações voltadas à exportação encontram-se mais estruturadas, embora não tenham sido contempladas pela amostra investigada. Como consequência, a mudança associativa normativa não pôde ser observada em razão das características dos atores entrevistados e dos locais analisados.

Por fim, para legitimar a instituição agricultura orgânica na Austrália, analisou-se o trabalho técnico proposto pelo *Institutional Work*, no qual abrange as práticas de mimetismo, teorização e educação (Lawrence; Suddaby, 2006), vinculado à sua estrutura funcional. Pode-se observar que em relação ao trabalho técnico não foram observadas evidências significativas, estando esse constructo ainda em consolidação no contexto australiano.

No que se refere as práticas de mimetismo do trabalho técnico, relacionadas a cópias ou imitação de comportamentos, observou-se que os pequenos produtores rurais enfatizaram o elevado custo da certificação orgânica (ator 1), para a não adoção. Em contrapartida, produtores de médio e grande porte aderiram a certificação orgânica e

confirmaram a realização desse investimento. Os atores 3 e 6 possuem certificação orgânica em propriedades de 445 e 231 hectares, respectivamente, sendo que o ator 3 também possui certificação *biodynamic* voltada à exportação. O ator 5 ressaltou que a certificação representa um custo elevado para pequenos produtores, destacando a necessidade de maior diversificação de certificadoras e incentivos para esse público. A adesão dos produtores de médio e grande porte à certificação orgânica caracteriza uma prática de mimetismo porque consiste em associar a nova prática — a produção certificada — a padrões, tecnologias e procedimentos de certificação já estabelecidos e legitimados em outros mercados, facilitando sua adoção e reduzindo a incerteza associada à inovação, conforme a definição de Lawrence e Suddaby (2006).

Ainda como prática de mimetismo, o ator 2 destacou a exigência de manutenção da terra sem uso de produtos químicos e agrotóxicos por sete anos para obtenção da certificação. Contudo, ressaltou que deveria haver inspeções do solo, considerando a possibilidade de contaminação cruzada por propriedades vizinhas. Além disso, a aceitação das regras para participação nos *Farmers Markets*, incluindo o pagamento de taxas e o cumprimento de requisitos para comercialização de produtos orgânicos ou classificados como *Chemical Free*, também se caracteriza como prática de mimetismo. Em ambos os casos, os produtores reproduzem regras e procedimentos preexistentes — ligados à certificação formal ou às normas de comercialização dos *Farmers Markets* — como forma de obter legitimidade sem a necessidade de criar novas estruturas, o que ilustra concretamente a lógica de associar novas práticas a práticas, tecnologias e regras já tidas como certas para facilitar sua adoção, tal como descrita por Lawrence e Suddaby (2006).

A variável teorização, como prática de trabalho técnico, envolve a elaboração de cadeias causais, bem como a criação e nomeação de novos conceitos e práticas (Lawrence; Suddaby, 2006). Binz et al. (2016) complementam que trabalho institucional de teorização inclui ainda a construção de modelos e previsões científicas, bem como o desenvolvimento de conceitos e linguagens compartilhadas que possibilitem a formação de um mapa cognitivo comum. Contudo, essas evidências não foram observadas.

Dessa forma, observa-se que os constructos e as variáveis do *Institutional Work* puderam ser percebidos nos discursos dos atores envolvidos na agricultura orgânica australiana, respeitando suas especificidades, qualificações e realidades de vivência. Ao avaliar os constructos do *Institutional Work* relacionados ao trabalho político, trabalho cultural e trabalho técnico, os casos analisados evidenciam um predomínio do trabalho político com mais evidências, conforme descrito anteriormente. A figura 1 apresenta a visualização da quantidade, em números absolutos, de evidências descritas em cada constructo do *Institutional Work*.



Figura 1. Número de evidências classificados em cada constructo do *Institutional Work*
Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Ao se analisar de forma separada cada constructo, percebe-se a não incidência de evidências nas variáveis mudança de associação normativa (trabalho cultural) e teorização (trabalho técnico). E a variável aquisição (trabalho político) representou a principal ocorrência de evidências. A figura 2 apresenta a visualização da quantidade, em números absolutos, de evidências descritas em cada variável do *Institutional Work*.

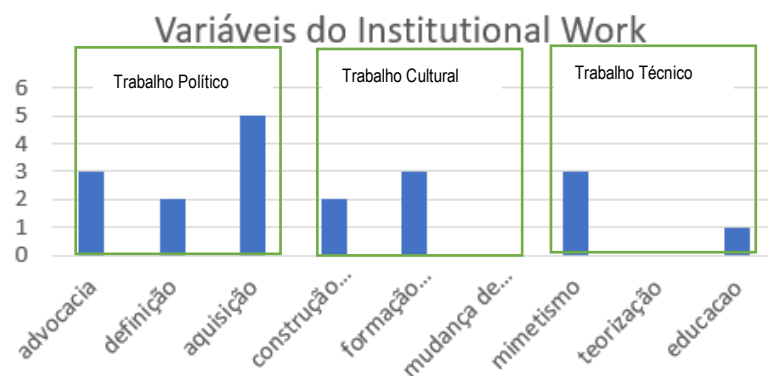


Figura 2. Número de evidências classificados em cada variável do *Institutional Work*
Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Por fim, ao analisar a agricultura orgânica nos casos observados na Austrália sob a ótica de pesquisadores brasileiros, os resultados sugerem que o mercado interno apresenta menor cobertura regulatória quando comparado às cadeias voltadas à exportação. Os entrevistados indicam que essa ausência de regulamentação específica constitui um desafio para o fortalecimento do mercado interno, principalmente na padronização procedimentos para alimentos classificados como convencionais, Chemical Free, orgânicos e biodinâmicos. A ausência de normas e procedimentos pode aumentar a vulnerabilidade do sistema a diferentes interpretações quanto ao uso das denominações comerciais, que segundo os entrevistados, a ausência de regulamentação reduz a uniformidade dos critérios adotados pelos diferentes atores. Além disso, a expressiva área de produção orgânica da Austrália está fortemente associada à extensão das áreas de pastagem, conforme ressaltado pelo ator 2, devido ao volume de exportação de carnes orgânicas.

5 CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar como os atores envolvidos percebem as práticas de trabalho institucional na agricultura orgânica australiana. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica, documental e qualitativa, com entrevistas junto a atores envolvidos nesse contexto.

Os resultados evidenciaram que as práticas do trabalho político de IW apresentam maior número de evidências, podendo ser observados aspectos relativos a advocacia, a definição e a aquisição. Em relação ao trabalho cultural de IW foram observadas evidências na construção da identidade, porém a formação de redes associativas é manifestada para exportação de produtos e incipiente para o mercado interno. Por sua vez a mudança de associação normativa não foi observada nas evidências. Ao avaliar o trabalho técnico do IW, identificam-se evidências de mimetismo nas práticas para certificação de orgânicos e incentivo a educação. Contudo, a teorização não foi encontrada evidência que mostrassem a realização dessa prática.

Esse estudo contribui para as pesquisas sobre *Institutional Work* ao proporcionar a visualização prática das variáveis que a teoria apresenta em cada constructo. Com isso, contribui para futuras pesquisas ao disponibilizar subsídios para aplicabilidade da teoria a outros contextos e mercados.

Este estudo apresenta limitações. A amostra foi composta por sete atores, adequada à saturação qualitativa alcançada, mas restrita a perfis ligados ao mercado interno e aos *Farmers Markets*, excluindo atores vinculados às associações exportadoras. Além disso, o recorte geográfico limitou-se a *Sydney* e *Canberra*, podendo não representar a diversidade institucional das demais regiões agrícolas australianas. Soma-se a isso a realização das entrevistas em inglês, posteriormente traduzidas pelos pesquisadores com auxílio de ferramentas digitais, o que pode ter ocasionado perdas semânticas pontuais. Por fim, a interpretação dos dados foi conduzida sob a ótica de pesquisadores brasileiros, aspecto que enriquece a análise comparativa, mas também pode influenciar a percepção de determinadas práticas institucionais.

Como agenda de pesquisa, recomenda-se ampliar a amostra, incluir diferentes regiões agrícolas e incorporar atores ligados às cadeias de exportação, possibilitando uma compreensão mais abrangente do *Institutional Work* na agricultura orgânica australiana. Ademais, considerando que a liderança da Austrália em área orgânica está fortemente associada às extensas áreas de pastagem destinadas à produção de carnes, sugere-se a realização de estudos em outros países para avaliar os processos de legitimação da agricultura orgânica à luz do *Institutional Work* de Lawrence e Suddaby (2006), contribuindo para a comparabilidade internacional e para o avanço do conhecimento sobre o tema.

6 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº 420627/2022-7, e da

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), por meio do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAD/ESAN/UFMS), com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento 001.

7 REFERÊNCIAS

AZAVEDO, M.; WALSH, J. How important is food at farmers' markets? Evidence from Bardon Farmers' Market, Brisbane, Queensland, Australia. **Academic Journal of Economic Studies**, v. 4, n. 3, p. 32–39, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11159/2492>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de L. A. Reto e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2015. (Obra original publicada em 1977).

BINZ, C. et al. The thorny road to technology legitimization — Institutional work for potable water reuse in California. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 103, p. 249-263, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2015.10.005>

DAFF – DEPARTMENT OF AGRICULTURE, FISHERIES AND FORESTRY. **National standard for organic and bio-dynamic produce**. Australian Government, 2025b. Disponível em: <https://www.agriculture.gov.au/biosecurity-trade/export/controlled-goods/organic-bio-dynamic/national-standard>. Acesso em: 11 nov. 2025.

DAFF – DEPARTMENT OF AGRICULTURE, FISHERIES AND FORESTRY. **Organic and biodynamic produce – consultation on domestic organics regulation**. Australian Government, 2025. Disponível em: <https://www.agriculture.gov.au/agriculture-land/farm-food-drought/food/organic-biodynamic/organic-industry-advisory-group>. Acesso em: 11 nov. 2025.

DAFF – DEPARTMENT OF AGRICULTURE, FISHERIES AND FORESTRY. **Snapshot of Australian agriculture 2025**. Australian Government, 2025. Disponível em: <https://www.agriculture.gov.au/abares/products/insights/snapshot-of-australian-agriculture>. Acesso em: 11 nov. 2025.

DEPARTMENT OF HOME AFFAIRS. **Working in agriculture**. Australian Government, 2025. Disponível em: <https://immi.homeaffairs.gov.au/visas/working-in-australia/regional-migration/working-in-agriculture/visa-options>. Acesso em: 11 nov. 2025.

GAMAGE, A. et al. Role of organic farming for achieving sustainability in agriculture. **Farming System**, v. 1, n. 1, p. 100005, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.farsys.2023.100005>

HALPIN, D.; DAUGBJERG, C. Associative deadlocks and transformative capacity: engaging in Australian organic farm industry development. **Australian Journal of Political Science**, v. 43, n. 2, p. 189–206, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/10361140802035739>

HAMPEL, C. E.; LAWRENCE, T. B.; TRACEY, P. Institutional work: Taking stock and making it matter. **The Sage handbook of organizational institutionalism**, p. 558–590, 2017.

JESPERSEN, K.; GALLEMORE, C. The institutional work of payments for ecosystem services: why the mundane should matter. **Ecological economics**, v. 146, p. 507–519, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2017.12.013>

LAWRENCE, T. B.; HARDY, C.; PHILLIPS, N. Institutional effects of interorganizational collaboration: The emergence of proto-institutions. **Academy of management journal**, v. 45, n. 1, p. 281–290, 2002. DOI: <https://doi.org/10.2307/3069297>

LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R. **Institutions and institutional work**. In: The Sage Handbook of Organization Studies, v. 2, p. 215–254, 2006. Disponível em: https://criticalmanagement.uniud.it/fileadmin/user_upload/lawrence-suddaby-2006.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

LAWRENCE, T.; SUDDABY, R.; LECA, B. Institutional work: refocusing institutional studies of organization. **Journal of Management Inquiry**, v. 20, n. 1, p. 52–58, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1177/1056492610387222>

LECA, B.; LAWRENCE, T. B.; SUDDABY, R. Introduction: theorizing and studying institutional work. **Institutional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations**, p. 1–27, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Thomas-Lawrence-7/publication/50372078_Introduction_Theorizing_and_studying_institutional_work/link/s/54fc37b10cf2c3f52422a180/Introduction-Theorizing-and-studying-institutional-work.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

MALTERUD, K.; SIERSMA, V.; GUASSORA, A. Sample size in qualitative interview studies. **Qualitative Health Research**, v. 26, n. 11, p. 1753–1760, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/1049732315617444>

MANNAF, M.; WHEELER, S. A.; ZUO, A. Global and local spatial spill-overs: what matters most for the diffusion of organic agriculture in Australia? **Ecological Economics**, v. 209, p. 107835, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2023.107835>

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340–363, 1977. Disponível em: https://bildungsportal.sachsen.de/opal/auth/RepositoryEntry/36771921928/CourseNode/97267526675999/08.Sitzung_05.12._Organisationen%2C+Institutionen%2C+Mythen.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

NASAA ORGANIC. **The National Association for Sustainable Agriculture Australia**. 2025. Disponível em: <https://nasaorganic.org.au/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

NELAN, B.; JANSSON, E.; SZABO, L. An overview of farmers markets in Australia. **Food Safety for Farmers Markets: A Guide to Enhancing Safety of Local Foods**, p. 103–117, 2017.

PANDAY, D. et al. Rooted in nature: the rise, challenges, and potential of organic farming and fertilizers in agroecosystems. **Sustainability**, v. 16, n. 4, p. 1530, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/su16041530>

PAULL, J. Organic agriculture in Australia: attaining the global majority (51%). **Journal of Environment Protection and Sustainable Development**, v. 5, p. 70–74, 2019. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-02162768/document>. Acesso em: 11 nov. 2025.

PAULL, J.; HENNIG, B. Atlas of organics: four maps of the world of organic agriculture. **Journal of Organics**, v. 3, n. 1, p. 25–32, 2016. Disponível em: <https://hal.science/hal-01504365v1>. Acesso em: 11 nov. 2025.

PAULL, J.; HENNIG, B. Maps of organic agriculture in Australia. **Journal of Organics**, v. 5, n. 1, p. 29–39, 2018. Disponível em: <https://orgprints.org/id/eprint/34291/1/PaullHennig2018.OAmapsAUS.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

PAULL, J.; HENNIG, B. New world map of organic agriculture: Australia is 51%. **Acres Australia**, n. 101, p. 35–36, 2019. Disponível em: <https://orgprints.org/id/eprint/36539/1/PaullHennig2019.OrganicWorldMap.ACRES.pp.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

POLLARD, W. M. **Alternative organisational culture: the case of Worldwide Opportunities on Organic Farms Australia**. 2022. Tese (Doutorado) – Swinburne

University of Technology, 2022. Disponível em:

[https://figshare.swinburne.edu.au/articles/thesis/Alternative Organisationsal Culture The Case of Worldwide Opportunities on Organic Farms Australia/26393497/1/files/47988226.pdf](https://figshare.swinburne.edu.au/articles/thesis/Alternative_Organisational_Culture_The_Case_of_Worldwide_Opportunities_on_Organic_Farms_Australia/26393497/1/files/47988226.pdf). Acesso em: 11 nov. 2025.

REGANOLD, J. P.; WACHTER, J. M. Organic agriculture in the twenty-first century.

Nature Plants, v. 2, n. 2, p. 1–8, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1038/NPLANTS.2015.221>

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed.

Porto Alegre: Penso, 2013.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2001.

SEUFERT, V.; RAMANKUTTY, N.; MAYERHOFER, T. What is this thing called organic?

How organic farming is codified in regulations. **Food Policy**, v. 68, p. 10–20, 2017. DOI:

<https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2016.12.009>

VITARI, C.; WHITTINGHAM, E. Tackling conventional agriculture: the

institutionalization of community supported agriculture's (CSA) principles. In:

Research & Degrowth Conference, 2018. Disponível: <https://shs.hal.science/halshs-01923789v1>. Acesso em: 11 nov. 2025.

WILLER, H.; SCHLATTER, B.; TRÁVNÍČEK, J. (Eds.). **The world of organic**

agriculture: statistics and emerging trends 2024. Research Institute of Organic

Agriculture (FiBL) & IFOAM – Organics International, 2024. Disponível em:

<https://www.fibl.org/en/shop-en/1254-world-of-organic-agriculture-2024>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ZARPELON, F. M. et al. A decade of institutional work: context and opportunities for

research. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 750-775, 2019. DOI:

<https://doi.org/10.1590/1984-9260917>